

FRANKENSTEIN: OR THE MODERN PROMETHEUS: uma reflexão sobre o tempo, a sociedade e as relações humanas

FRANKENSTEIN: OR THE MODERN PROMETHEUS: thinking on time, society and human relations

ROCHA, Alessandra Leles (UFU)

SYLVESTRE, Fernanda Aquino (UFU)

Resumo: A leitura de textos literários atua sobre cada indivíduo de maneira muito particular, dada a diversidade de identidades e experiências, bem como as marcas do contexto histórico que vão moldando os desdobramentos, as impressões, as análises decorrentes. Esse processo, então, pode ser bem visualizado e compreendido, quando o olhar se volta tanto para os momentos que antecederam o grande marco da sociedade mundial, a Revolução Industrial, quanto para a sua consolidação, ocorrida segundo historiadores entre a segunda metade do século XVIII e a primeira metade do século XIX. Nesse contexto, Mary Shelley rompeu os paradigmas e se transformou num expoente do Romantismo inglês, com a obra *Frankenstein: or The Modern Prometheus*, adotando um viés Gótico, ou seja, sua construção traz o sentimento como objeto da ação interior do sujeito, que excede a condição de simples estado afetivo. De modo que, passados pouco mais de duzentos anos, torna-se inevitável que os leitores ao longo desse período não tenham conseguido permanecer inertes ao contexto da leitura ficcional ou de entretenimento face às profundas reflexões sociais contidas em *Frankenstein: or The Modern Prometheus*. Por essa razão é que esse artigo propõe uma releitura da obra capaz de refletir sobre temáticas nela presentes, tais como a solidão, a vaidade, o poder e o conhecimento, por meio de conceitos estabelecidos no recorte temporal, entre 1817 e 2019, que abrange a transição entre a Modernidade e a Contemporaneidade, a qual inclui o conceito sociológico-histórico da Pós-Modernidade.

Palavras-Chave: *Frankenstein*. Literatura Inglesa. Modernidade. Bioética. Biopoder.

Abstract: Reading literary texts acts on each individual in a very particular way, given the diversity of identities and experiences; as well as the marks of the historical context that are shaping the unfolding, the impressions, the resulting analyzes. This process, then, can be well visualized and understood when the gaze turns both to the moments before the great milestone of world society, the Industrial Revolution, and to its consolidation, which occurred according to historians between the second half of the eighteenth century and the first half of the nineteenth century. In this context, Mary Shelley broke the paradigms and became an exponent of English Romanticism, with the work *Frankenstein: or The Modern Prometheus*, adopting a Gothic bias, in other words, its construction brings the feeling as the object of the subject's inner action, which exceeds the condition of simple affective state. Thus, a little over two hundred years later, it becomes inevitable that readers throughout this period have not been able to remain inert in the context of fictional reading or entertaining in the deep social reflections contained in *Frankenstein: or The Modern Prometheus*. For this reason, this article proposes a rereading of the work capable of reflecting on themes present in it, such as loneliness, vanity, power and knowledge, through concepts established in the time frame, between 1817 and 2019, which covers the transition between modernity and contemporaneity, which includes the sociological-historical concept of postmodernity.

Keywords: *Frankenstein*. English Literature. Modernity. Bioethics. Biopower.

Introdução

A leitura de textos literários atua sobre cada indivíduo de maneira muito particular, dada a diversidade de identidades e experiências. Como explica Coracini (2005),

ler pode ser definido pelo olhar: perspectiva de quem olha, de quem lança um olhar sobre um objeto, sobre um texto, seja ele verbal ou não. Esse olhar pode ser direto, atravessado ou enviesado, conforme o leitor, o espectador, o observador, sua bagagem de vida, o contexto social no qual se insere: momento e espaço (lugar), suas expectativas, que alguns denominam projeto, intenção ou objetivo. Nem sempre ou quase nunca tais expectativas são conscientes. (CORACINI, 2005, p.19)

Trata-se, então, de um processo simbiótico¹ entre texto e leitor, no qual as marcas do contexto histórico vão moldando os desdobramentos, as impressões, as análises decorrentes. Afinal, o tempo é implacável na sua obstinação transformadora; sobretudo quando o assunto é o ser humano.

Esse processo pode ser bem visualizado e compreendido, quando o olhar se volta tanto para os momentos que antecederam o grande marco da sociedade mundial, a Revolução Industrial, quanto para a sua consolidação, ocorrida segundo historiadores entre a segunda metade do século XVIII e a primeira metade do século XIX.

Quando se pensa em revolução, quase sempre a ideia inicial é sobre algo de enorme impacto sobre toda a sociedade, mas essa ideia não é plenamente certa se pensarmos que as revoluções são processos, muitas vezes longos, cujos desdobramentos não caminham sobre uma linearidade social.

Até o século XVIII, a Europa passava por transformações de ordem econômica, especialmente no que diz respeito aos modos de produção e comércio, graças ao mercantilismo e a expansão marítima comercial que permitiram, especialmente às principais potências da época, França e Inglaterra, uma acumulação expressiva de capitais.

Tais transformações repercutiram diretamente nas relações políticas e corroboraram para o surgimento da classe social burguesa em meio à monarquia. Diante desse quadro, os conflitos e as insatisfações em relação ao poder exercido começaram a se acirrar entre as classes sociais existentes – rei, clero, nobreza, comerciantes, trabalhadores urbanos e camponeses, de modo que essa situação não poderia passar despercebida aos olhos da literatura. Observa-se na arte em geral, uma ruptura dos padrões clássicos, uma nova concepção de mundo relativa a um período de transição entre o Antigo Regime e o

¹ Relação íntima entre dois elementos diferentes, que geralmente resulta em benefício para ambos.

Liberalismo, entre o modo de vida da sociedade pré-industrial e o ethos² nascente da civilização urbana sob a economia de mercado, entre o momento das aspirações libertárias renovadoras das minorias intelectuais e o momento de conversão ideológica do ideal de liberdade que essas minorias defenderam (ROSENFELD; GUINSBURG, 1978).

Assim, surge a concepção da visão romântica de mundo em oposição às do Iluminismo. As matrizes filosóficas que permitem encadear essas duas concepções e que imprimem ao esquema que elas compõem a unidade de um conjunto de princípios interdependentes procedem de uma combinação das linhas mestras das doutrinas idealistas pós-kantianas de Fichte e de Schelling (NUNES, 1987).

Nesse contexto, Mary Wollstonecraft (Godwin) Shelley rompe os paradigmas da época e se transforma num expoente do Romantismo inglês, com a obra *Frankenstein: or The Modern Prometheus*, adotando um viés Gótico, ou seja, sua construção traz o sentimento como objeto da ação interior do sujeito, que excede a condição de simples estado afetivo.

Pode-se entender o contexto da escrita de Shelley como o sentimento do sentimento, o desejo do desejo, a sensibilidade romântica conduzida pelo “amor da irresolução e da ambivalência” que separa e une estados opostos (entusiasmo à melancolia; nostalgia ao fervor; confiança ao desespero) (NUNES, 1978). Portanto, há um elemento irreflexivo de ilimitação, de inquietude e de insatisfação permanentes a toda a experiência conflitiva aguda, que tende a reproduzir-se indefinidamente à custa dos antagonismos insolúveis que a produziram; afinal de contas, essa dualidade é marca inerente ao ser humano e, por essa razão, há uma luta inglória no que tange ao posicionamento dele em relação a essas forças.

Para traduzir esses aspectos de modo a surpreender e captar a atenção do leitor, Mary Shelley utilizou elementos, como a criação de um ser a partir de restos mortais, com as mesmas capacidades fisiológicas e cognitivas de um humano, elementos que contemplam o viés fantástico da literatura. Como explica Roas (2014),

o Fantástico é uma categoria que nos apresenta, como sabemos, fenômenos, situações, que supõem uma transgressão de nossa concepção do real, já que se trata de fenômenos impossíveis, inexplicáveis a partir de tal concepção. E para que essa dimensão fantástica se faça perceptível, tais fenômenos – não é preciso insistir nisso – devem aparecer em um mundo semelhante ao nosso: isso permite trazer à tona o contraste, a perturbação que tais fenômenos estabelecem. Essa transgressão do real é, então, um efeito fundamental do fantástico. (ROAS, 2014, p.131)

² Conjunto dos costumes e hábitos fundamentais, no âmbito do comportamento (instituições, afazeres etc.) e da cultura (valores, ideias ou crenças), característicos de uma determinada coletividade, época ou região.

De fato, no momento da escrita de *Frankenstein: or The Modern Prometheus*, em 1817, Mary Shelley não dispunha nem de conhecimento científicos, os quais lhe respaldassem com segurança e afirmação as ideias presentes no texto, nem tão pouco tinha o propósito de criar algo que pudesse promover discussões teóricas. Segundo ela mesma afirmou no Prefácio da obra,

as opiniões que naturalmente brotam do caráter e da situação do herói não devem ser concebidas como sempre existentes em minhas próprias convicções; nem se deve tirar das páginas que se seguem qualquer inferência prejudicial a doutrinas filosóficas de qualquer espécie. (SHELLEY [1817], 2019, não paginado)

No entanto, passados pouco mais de duzentos anos, torna-se inevitável que os leitores ao longo desse período não tenham conseguido permanecer inertes ao contexto da leitura ficcional ou de entretenimento face às profundas reflexões sociais contidas em *Frankenstein: or The Modern Prometheus*. Como explicou Candido (1995),

a Literatura corresponde a uma necessidade universal que deve ser satisfeita sob pena de mutilar a personalidade, porque pelo fato de dar forma aos sentimentos e à visão do mundo ela nos reorganiza, nos liberta do caos e portanto, nos humaniza. Negar a fruição da literatura é mutilar a nossa humanidade. (CANDIDO, 1995).

Por essa razão é que esse artigo propõe uma releitura da obra capaz de refletir sobre temáticas nela presentes, tais como a solidão, a vaidade, o poder e o conhecimento, por meio de conceitos estabelecidos no recorte temporal, entre 1817 e 2019, que abrange a transição entre a Modernidade e a Contemporaneidade, a qual inclui o conceito sociológico-histórico da Pós-Modernidade.

A transição entre a Modernidade e a Contemporaneidade

É importante, então, que se esclareça o significado desses dois momentos históricos. A Idade Moderna é historicamente estabelecida entre 1492 e 1789 e representa

uma ruptura com as estruturas sociais, econômicas, políticas, religiosas e culturais da Idade Média. Com a Modernidade desaparece a sociedade de ordens que negava o exercício das liberdades individuais e favorecia os grandes organismos coletivos. Nesse período ocorre a laicização econômica e política da Europa, além das mudanças nas concepções de autonomia e favorecimento da razão humana. (SILVA, 2017, p.1)

Nesse contexto, do ponto de vista social o sujeito é fruto de um reflexo do crescimento da complexidade do mundo moderno e toma consciência de que o seu núcleo interior não era autônomo e autossuficiente; ou seja, dependia de outras referências. Estabelece-se, então, uma concepção interativa da sociedade.

Jean-Jacques Rousseau, filósofo suíço, era profundamente pessimista no tocante à nova sociedade urbano-industrial e à civilização que se constituiria a partir do desenvolvimento científico e tecnológico, deixando claras as suas convicções em seu Discurso sobre as Ciências e sobre as Artes (1750).

Para ele, “tudo o que sai das mãos do Criador das coisas é bom e tudo se perde nas mãos do homem”, ou seja, Rousseau reconhece a falibilidade humana e a sua vulnerabilidade em relação às corrupções do mundo. Os desdobramentos históricos pós Revolução Francesa e a Revolução Industrial, no século XVIII, forneciam, portanto, indícios bastante consistentes para as transformações sociais que iriam acontecer.

A redistribuição do poder e da riqueza, com o surgimento da burguesia, redimensionou o interesse pelas Artes e pelas Ciências. Esses dois saberes passaram a ser adquiridos com mais facilidade, em razão do desenvolvimento econômico do comércio e da indústria (recém-criada), no entanto, nem todos tinham acesso a eles. A Arte e as Ciências se justificariam em nome de um determinado fim, no contexto social da época, não fazendo parte de um benefício de ordem pública, como direito de todos; elas continuavam acessíveis apenas a uns poucos, segundo seus interesses, o que significa dizer que a cultura se traduz em verniz adequado para esconder as imperfeições mais detestáveis.

O que antes parecia camuflado dentro da própria ordem social existente desperta para a realidade cotidiana sem a necessidade de subterfúgios éticos e morais. O *status* torna-se a condicionante das aparências, do direcionamento das relações sociais e da manifestação sobre o bem e o mal, o certo e o errado, o justo e o injusto, ou seja, os dualismos são postos em xeque, segundo critérios bastante controversos. Contudo, a fragilidade desse cenário é tão visível que a aparência não é capaz de dissimular as reais intenções.

As relações sociais consolidadas, a partir dos séculos XVIII e XIX, por meio da opulência do capital, revelaram novas maneiras de lidar com o poder, o luxo e a escravidão humana, sob uma ótica, até então, desconhecida. A consciência sobre a potencialidade intelectual e o que dela poderia ser produzido estabeleceu um sentimento de infinitude ao ser humano, facilmente traduzido pela ambição, pela ganância, pela não saciedade de seus desejos.

No que tange à contemporaneidade, estabelecida a partir de 1789 e emergida da Revolução Francesa, ocorre uma visibilização ainda maior em relação a esses pensamentos, na medida em que os ideais e as ações estão voltados para colaborar diretamente com a consolidação do sistema capitalista, as grandes disputas territoriais e imperialistas (neocolonialismo), a construção dos blocos econômicos e a Pós-Modernidade, momento em que o sujeito passa a não ter mais uma identidade fixa, essencial ou permanente.

A Pós-Modernidade, então, se inicia do ponto de vista histórico ao final da Segunda Guerra Mundial (1945), quando pairava sobre a humanidade um sentimento de insatisfação e de frustração social e vai iniciar sua consolidação no final da década de 1980, com o fim da bipolaridade imposta pela Guerra Fria (Capitalistas versus Socialistas) e o surgimento de uma Nova Ordem Mundial pautada na pluralidade, na globalização e na tecnologia.

Segundo Hall (2000), as sociedades modernas foram por definição sociedades de constante, rápida e permanente mudança. A modernidade não foi apenas uma impiedosa quebra com alguma condição preexistente, mas um processo sem fim de rupturas internas e fragmentações dentro dela mesma, enquanto as sociedades pós-modernas são edificadas através de diferentes divisões sociais e antagonismos sociais que produzem uma variedade de identidades.

No campo da literatura, esse trânsito pelas transformações sócio temporais se repercute de modo importante, na medida em que, como afirma Llosa (2013),

a cultura pode e deve ser, também, experimentação, é claro, desde que as novas técnicas e formas introduzidas pela obra ampliem o horizonte da experiência da vida, revelando seus segredos mais ocultos ou expondo-nos a valores estéticos inéditos que revolucionem nossa sensibilidade e nos deem uma visão mais sutil e nova desse abismo sem fundo que é a condição humana. (LLOSA, 2013, p.67)

Nesse contexto é que *Frankenstein: or The Modern Prometheus*, de Mary Shelley, oferece uma possibilidade de leitura além do século XIX. Ao tecer uma trama que envolve solidão, vaidade, poder e conhecimento sobre a vida e a morte, Mary Shelley faz, de suas personagens, de certo modo, uma expiação do homem comum na sua atemporalidade; de maneira que, tais sujeitos vivam as consequências de suas escolhas.

***Frankenstein: or The Modern Prometheus*, de Mary Shelley**

Robert Walton, o narrador principal da história, é o homem em busca da realização material, do sucesso e da glória e, por essa razão, se torna o navegante solitário, embora não estivesse sozinho no seu navio rumo ao Polo Norte, como mostra o trecho a seguir:

Ali descobrirei o poder extraordinário que atrai o ponteiro da bússola. E certamente farei milhares de observações celestiais, que irão retribuir esta viagem com a visão eterna de suas formas excêntricas. Satisfarei minha curiosidade com a visão de parte do mundo nunca antes visitada e pisarei uma terra nunca antes marcada pelo passo do homem. É isso que me fascina, e é suficiente para superar qualquer medo de perigos ou até da morte, estimulando-me a dar início a esta árdua viagem com a mesma alegria de uma criança ao entrar num pequeno barco, em férias com os amigos, numa expedição exploratória no rio da sua terra. Mas, supondo que todas essas conjecturas sejam falsas, não se pode contestar o inestimável benefício que poderei legar a toda a humanidade até a última geração ao descobrir uma passagem perto do Polo para aqueles países cuja travessia hoje leva muitos meses; ou ao descobrir o segredo do magnetismo, o que, se é possível, o é apenas por meio de uma empreitada como a minha. (SHELLEY [1817], 2019, não paginado)

A solidão dessa personagem, na verdade, se reflete dentro do contexto de uma distinção social proferida por ele nas cartas, sendo um traço marcante na construção das sociedades urbano-industriais. O rápido acúmulo de capital e a divisão social do trabalho favoreceram a organização da sociedade em classes e, conseqüentemente, o seu acesso aos bens, serviços e cultura. Assim, a burguesia em ascensão fazia questão de se mostrar privilegiada frente ao proletariado e isolada no seu próprio círculo social:

Tenho, porém, um desejo que nunca pude satisfazer; é uma ausência que agora sinto de forma mais intensa. Não tenho amigos, Margaret. Quando estou entusiasmado com o sucesso, não tenho com quem dividir a alegria; e se estou tomado pela decepção, ninguém procura me dar apoio. Pretendo colocar meus pensamentos no papel, é verdade, mas esse é um recurso muito pobre para alguém manifestar seus sentimentos. Desejo a companhia de uma pessoa que tenha afinidades comigo, que pense como eu. Você pode me considerar um sonhador, minha querida irmã, mas eu realmente sinto necessidade de um amigo. Não tenho ninguém próximo a mim, sereno e corajoso, que tenha uma mentalidade elevada e aberta, cujas aptidões sejam iguais às minhas, para aprovar ou corrigir meus planos. [...] Eu certamente não encontrarei nenhum amigo neste amplo oceano, nem mesmo aqui em Archangel, entre comerciantes e marinheiros. Contudo, até os homens mais rudes têm sentimentos dignos. Meu imediato, por exemplo, é um homem corajoso e empreendedor; deseja ardentemente a glória, ou, em outras palavras, aspira ao sucesso em sua profissão. É um inglês e, apesar de viver em meio ao preconceito nacional e profissional e de não ter uma cultura refinada, conserva certa nobreza. Conheci-o a bordo de um navio baleeiro. Sabendo que estava na cidade e desempregado, imediatamente convidei-o a

participar de minha aventura. O mestre é uma pessoa de excelente disposição, e destaca-se no navio por sua gentileza e pela brandura de sua disciplina. Essas características, acrescidas de uma conhecida integridade e coragem a toda prova, fizeram que eu desejasse tê-lo a bordo. (SHELLEY [1817], 2019, não paginado)

Robert Walton só rompe com esse isolamento quando tem a sua trajetória impactada pelo encontro com *Victor Frankenstein*:

Quanto a mim, começo a estimá-lo como a um irmão; sua tristeza despertou-me simpatia e compaixão. Algo me diz que ele, em dias mais felizes, deve ter sido uma criatura cheia de nobreza, que ainda emana da sua personalidade atraente e amável. Eu disse em uma de minhas cartas, minha querida Margaret, que não encontraria um único amigo na vastidão do oceano; eis que o destino coloca-me diante de um homem que, antes que o infortúnio se abatesse sobre seu espírito, eu gostaria de ter como irmão. (SHELLEY [1817], 2019, não paginado)

No entanto, é *Victor Frankenstein* quem contribui mais efetivamente para essa releitura, na medida em que é o grande responsável pelo alicerce da obra, ou seja, a natureza fantástica expressa na criação do que ele considera um monstro.

Victor é o narrador secundário da história, pois é ele quem faz o próprio relato dos caminhos que o levaram até ao encontro do navio de *Robert Walton*. Apesar de um homem rico, pertencente à classe burguesa do século XIX, o primeiro aspecto que se destaca em relação à personagem é a fragilidade existente entre o limite da competência científica, no campo das Ciências Naturais, e a vaidade desmedida, conforme descrição de Shelley:

É difícil conceber a variedade de sentimentos que me impeliam para a frente, no primeiro arrebatamento do êxito. Eu seria o primeiro a romper os laços entre a vida e a morte, fazendo jorrar uma nova luz nas trevas do mundo. Seria o criador de uma nova espécie — seres felizes, puros, que iriam dever-me sua existência. Indo mais longe, desde que eu tivesse a faculdade de dar vida à matéria, talvez, com o passar do tempo, me viesse a ser possível (embora esteja agora certo do contrário) restabelecer a vida nos casos em que a morte, no consenso geral, relegasse o corpo à decomposição. Ressurreição! Sim, isso seria nada menos que o poder de ressurreição. (SHELLEY [1817], 2019, não paginado).

É importante destacar que a obsessão pelo sucesso de sua empreitada científica também o afastara da família e dos amigos, por longos anos, como se tamanho esforço pudesse compensar a sua solidão.

Enquanto cria um ser a partir de restos humanos, retirados de cemitério, cuja vida lhe é fornecida por meio de experimentação envolvendo a passagem de correntes elétricas, *Victor Frankenstein* está totalmente absorto pelos estudos dentro de seu laboratório:

Quem será capaz de conceber os horrores dessa tarefa oculta, quando eu chafurdava na umidade dos sepulcros, ou esartejava o animal vivo para aproveitar-lhe o sopro de vida na recomposição da minha criatura? Hoje, estremeço a essas lembranças, mas então um impulso irresistível, frenético, me fazia prosseguir. Eu parecia ter perdido a alma e tinha chegado ao ponto de alijar de mim qualquer sensação, a não ser em função da minha obra. Coletava ossos dos necrotérios e profanava, com os dedos, os recônditos do corpo humano. Numa câmara solitária, ou antes, numa cela, na parte superior da casa, separada por uma galeria e uma escada de todos os outros aposentos, eu montara o meu laboratório da vida humana. O necrotério e o matadouro eram minhas fontes usuais de suprimento, e não poucas vezes minha própria natureza repugnava esse tipo de atividade. [...] Foi numa noite lúgubre de novembro que contemplei a realização de minha obra. Com uma ansiedade que quase chegava à agonia, recolhi os instrumentos a meu redor e preparei-me para o ponto culminante do meu experimento, que seria infundir uma centelha de vida àquela coisa inanimada que jazia diante dos meus olhos. A chuva tamborilava nas vidraças. Então, deu-se o prodígio. À luz bruxuleante da vela quase extinta, vi abrirem-se os olhos amarelos e baços da criatura. Respirou. Sim, respirou com esforço, e um movimento convulso agitou-lhe os ombros. (SHELLEY [1817], 2019, não paginado).

Só depois dos sucessivos fracassos e infortúnios desencadeados por essa escolha é que ele compreende a dimensão de sua solidão:

Mas tive o privilégio de possuir amigos, queridos não somente por força de hábito ou simpatia, mas por seus próprios méritos, e onde quer que eu esteja a voz consoladora de Elizabeth e as palavras de Clerval estarão sempre a sussurrar-me ao ouvido. Todos, porém, estão mortos, e eu absolutamente só. Se estivesse empenhado em algum empreendimento ou objetivo nobre, o seu cumprimento poderia ser um incentivo à vida. Mas meu destino se resume em destruir o ser a que dei existência. Depois de cumpri-lo poderei morrer. (SHELLEY [1817], 2019, não paginado).

Diante desses apontamentos, Mary Shelley, em pleno século XIX, tece de algum modo reflexões sobre a necessidade de orientações éticas para a realização de pesquisas biomédicas e comportamentais envolvendo seres humanos, como um modo de mitigar eventuais abusos no campo científico, decorrentes da vaidade e do desvario de alguns pesquisadores. Como expressa a personagem Victor, “Os sentimentos vagueiam ao sabor das circunstâncias e, quando pensa ter chegado a um ponto de repouso, é levado a deixar o que lhe

dá prazer em busca de algo novo, numa sucessão contínua que não lhe permite fixar-se” (SHELLEY [1817], 2019, não paginado).

Mary Shelley: contribuições literárias à vanguarda científica no campo da Bioética e do Biopoder

Os apontamentos de Shelley, no século XIX, se revelam hoje nas discussões sobre a Bioética. Esse ramo da ciência, segundo Cunha (2017) se iniciou em 1971, quando

Van Rensselaer Potter, bioquímico e professor de oncologia da Escola Médica da Universidade de Wisconsin, publicou o livro *Bioethics: Bridge to The Future*, que apenas mais tarde seria reconhecido como a obra seminal da bioética, um campo de atuação científica, normativa e institucional estabelecido no final daquela década nos Estados Unidos da América do Norte (EUA). (CUNHA, 2017, p.2393)

Desde então, a Bioética tem se consolidado em um estudo cada vez mais sistemático da conduta humana em relação à ciência e aos cuidados com a saúde. Clotet (2003, p.22) a define como a “expressão crítica do nosso interesse em usar convenientemente os poderes da medicina para conseguir um atendimento eficaz dos problemas referentes à vida, saúde e morte do ser humano” e complementa a definição, dizendo que ela “procura, de maneira racional e pactuada, resolver os problemas biomédicos, decorrentes de visões diferentes dos mesmos, depois da consideração de princípios e valores morais”.

Por essas razões é que Betioli (2015, p.30) afirma que,

quando a conduta é analisada em função do valor da coletividade, a Ética assume duas expressões distintas: a da Moral Social e a do Direito. A *Moral Social* (costumes e convenções sociais) cuida dos deveres do indivíduo como indivíduo para com o todo, para com a coletividade em que atua; ela visa o bem enquanto social. O Direito, igualmente, preocupa-se de maneira direta, imediata e prevalecente, do bem enquanto do todo coletivo, isto é, do bem comum. A ele cabe a disciplina do mundo exterior do homem, da sua conduta em presença do seu semelhante no meio social. Mas, vale ressaltar, isso não significa que o Direito descuida do problema do indivíduo, muito menos que ignora a importância que o elemento intencional e subjetivo representa na experiência jurídica.

Essa consideração entre a Ética da Moral Social e a Ética do Direito é bastante relevante, porque a própria personagem *Victor* coloca essas questões:

Há três anos eu estava executando tarefa análoga e criara um demônio, cuja existência passara a ser o meu tormento. Agora estava justamente dando forma a outro ser, sobre cujo caráter tudo ignorava. Poderia vir a ser muito mais nociva do que seu companheiro, e comprazer-se no crime e na perversidade por pura tendência para o mal. O monstro jurara afastar-se do homem e ocultar-se nos ermos, porém ela nada jurara. Dado que, com toda a probabilidade, ela viesse a ser um animal igualmente dotado de pensamento e raciocínio, bem poderia acontecer que se recusasse a cumprir um pacto feito antes da sua criação. Eles poderiam até odiar-se. Se a criatura já existente abominava sua própria deformidade, poderia ver recrudescido o seu ódio quando a visse apresentar-se em forma feminina. Ela, por sua vez, poderia vir a ter aversão por ele, inclinando-se pela beleza do homem normal. Nesse caso o abandonaria e o monstro voltaria a ficar só, mais exasperado ainda pelo fato de ser desprezado por alguém de sua própria espécie. Mesmo que viessem a deixar a Europa e habitar as paragens do Novo Mundo, poderia advir que um dos primeiros resultados do relacionamento por que suspirava o monstro fosse a geração de filhos, e uma raça de demônios se propagaria pela face da Terra, espalhando o terror entre a espécie humana. Tinha eu o direito de, em meu próprio benefício, infligir tal maldição às gerações vindouras? Deixara-me levar pelos sofismas do ser que eu criara, e suas ameaças diabólicas tinham-me perturbado o juízo. Agora, porém, pela primeira vez, a incongruência de minha promessa se me revelava de chofre. Estremeci ao pensar na condenação que as gerações futuras poderiam fazer recair sobre mim, que não hesitara em comprar a própria paz ao preço, talvez, do flagelo de toda a raça humana. (SHELLEY [1817], 2019, não paginado).

No fundo, tais questões conduzem, também, a mais uma importante reflexão, o significado do biopoder, visto que a motivação de *Victor Frankenstein* advinha dos estudos que contemplavam a vida e a morte.

Segundo Lacerda e Rocha (2018), “Michel Foucault identificou como biopoder a ingerência sobre os processos biológicos da população que fundamenta a sociedade a partir do século XIX” (p.148). Esse biopoder significa, segundo Martins e Peixoto Junior (2009), que

É na articulação da anatomopolítica dos corpos (que caracteriza os mecanismos disciplinares) com a biopolítica das populações (enquanto mecanismos de regulação e segurança) que teriam se produzido esse poder e esse saber sobre a vida, o investimento maciço sobre a vida e seus fenômenos, a partir de uma tecnologia refletida e calculada e da introdução da população como objeto de intervenção política, de gestão e de governo. (MARTINS; PEIXOTO JUNIOR, 2009, p.162)

Disponer, portanto, de um conhecimento que revele os meandros sobre a vida e a morte significa um poder sem precedentes dentro da sociedade. Como escreveu Mary Shelley, “‘Por mais que se tenha feito’, bradou a alma de Victor Frankenstein, ‘muito mais eu alcançarei.

Desbravarei novos caminhos, explorarei forças desconhecidas e revelarei ao mundo os mistérios da criação” (SHELLEY [1817], 2019, não paginado).

Mas, para chegar a essa compreensão, Foucault, na década de 1970, constrói a sua abordagem sobre o poder a partir dos micropoderes, ou seja, ele “formulou a ideia de “*microfísica*”, afirmando que o poder está diluído em todos os setores da sociedade sob a forma de relações (FORNERO, 2007)” (DINIZ; OLIVEIRA, 2014, p.144).

Dentro desse contexto é que estão fundamentadas, então, sua compreensão quanto ao Poder Disciplinar e ao Biopoder, conforme explicam Diniz e Oliveira (2014),

Foucault identifica, inicialmente, como os filósofos clássicos buscavam justificar o poder a partir da soberania. Pois, o soberano detinha o direito de “deixar viver” ou “fazer morrer”. São, pois, nas sociedades europeias do século XVIII o contexto no qual surgem novas tecnologias de poder. Elas só serão possíveis com o advento da categoria “sujeito” e são os corpos físicos das pessoas o primeiro espaço no qual fora exercida uma nova forma de poder. (FOUCAULT, 2007, p. 17) Isto ocorre com a institucionalização das escolas, dos hospitais, dos quartéis, das prisões entre outros ambientes denominados como instituições de “sequestro”. Esta denominação é utilizada pelo fato de individualizar o sujeito e usar técnicas disciplinares para docilizá-lo. Ao lado do poder disciplinar, surgirá no final do século XVIII um tipo de poder que será nominado por Foucault de Biopoder. É o contexto daquelas sociedades que surge o *poder disciplinar*, que nasce como uma tecnologia de poder que trata o corpo do homem como uma máquina, objetivando adestrá-lo para transformá-lo em um instrumento útil aos interesses econômicos. Concomitantemente surge o *Biopoder*, cujo foco não é o corpo individualizado, mas o corpo coletivo. O Biopoder não se diferencia somente do poder disciplinar, mas também do poder soberano, pois enquanto na soberania havia um direito do soberano “deixar viver” ou “fazer viver”, no Biopoder haverá uma tecnologia de poder voltada para o “fazer viver” e o “deixar morrer”, que será um poder que vai se encarregar da preservação da vida, eliminando tudo aquilo que ameaça a preservação e o bem estar da população. (DINIZ; OLIVEIRA, 2014, p.144).

Assim, essa ânsia de ter nas mãos o “fazer viver” e o “deixar morrer” que consumia *Victor Frankenstein* resultou no mesmo para a criatura, por ele desenvolvida, conforme se nota na sequência:

Por que devo eu respeitar o homem se ele me despreza? Que ele viva em paz comigo e deixe-me viver. Então, em vez de malefícios, derramarei o bem sobre sua cabeça, agradecendo por ter-me aceitado. Mas isso não é possível. Os sentimentos humanos são barreiras intransponíveis à nossa união. Todavia, não terei a submissão do escravo. Vingar-me-ei das ofensas. Se não posso inspirar amor, causarei medo, e principalmente a você, meu arqui-inimigo, que por ser meu criador, juro odiar sem trégua. Esteja atento para isto: trabalharei por sua destruição e não descansarei até que tenha

esfacelado seu coração, de tal modo que você amaldiçoará o dia em que nasceu. (SHELLEY [1817], 2019, não paginado)

Olhei para minha vítima e meu sentimento foi de júbilo e triunfo. Batendo palmas, exclamei: Também eu posso criar desolação! O que me fizeram com a vida, pago com a morte. Meu inimigo não é invulnerável. Esta morte há de causar-lhe desespero, e mil outras desgraças o atormentarão até destruí-lo. (SHELLEY [1817], 2019, não paginado)

Isso significa que essa situação também nos traz outra reflexão importante que é a da biopolítica, ou seja,

O objeto da Biopolítica não são os seres humanos singulares, mas seus recursos biológicos medidos e agregados ao nível de populações. Este procedimento torna possível definir normas, estabelecer padrões. Como resultado, ‘vida’ se torna um fato independente, objetivo e mensurável [...] praticamente separada dos seres vivos concretos e da experiência individual de singularidade (LEMKE, 2011, p.4-5 apud Lacerda; Rocha, 2018, p.157).

Nesse sentido, de acordo com Lacerda e Rocha (2018), “Para Foucault, o mecanismo fundamental para segregar aqueles que devem viver dos que devem morrer é o racismo”. Os autores acrescentam que

se a distinção e a hierarquização das raças não é uma novidade do Biopoder, o racismo, na era Biopolítica, estabelece cesuras biológicas nas populações. Estes cortes no continuum biológico definirão quem deve morrer e quem deve viver, pois estabelece entre a vida de uns e a mortandade de outros uma relação de caráter bios: o padecimento dos espécimes inferiores (o degenerado, o anormal) garantirá a permanência de uma raça mais sadia e purificada. Ou seja, se um espécime menos puro representa um perigo para o desenvolvimento da população, estaria justificada a eliminação dos supostamente impuros, deste aparente perigo biológico. “O racismo é a condição de aceitabilidade de tirar a vida numa sociedade de normalização” (FOUCAULT, 2016, p. 215). É através do racismo de Estado que o fazer morrer do poder soberano se insere na microfísica do Biopoder. (LACERDA; ROCHA, 2018, p.160)

Assim, o monstro, como se referia *Victor Frankenstein* à criatura, teve não só a sua sentença de morte pela incapacidade do criador em aceitá-lo, mas especialmente pelo racismo presente em todas as demais relações sociais que tentou estabelecer:

— Maldito criador! Mas por que formou um monstro tão pavoroso, que até mesmo você se afastou de mim com repulsa? Deus fez o homem belo e atraente, à sua própria imagem, ao passo que minhas formas... (SHELLEY [1817], 2019, não paginado)

Se você, que é meu criador, me renega, que posso esperar de seus semelhantes, que nada me devem? Deles só tenho recebido o escárnio e a repulsa. As montanhas desertas e as geleiras pouco acessíveis são meu refúgio. Venho vagando por aqui há muitos dias. As cavernas de gelo, que somente eu não temo, são a minha morada, a única que o homem não me recusa. Aqui, sob esses céus sombrios, a natureza não me é tão hostil quanto os seus semelhantes, Frankenstein. Se a multidão soubesse da minha existência nestas paragens, faria o que você pretende fazer, armando-se para destruir-me. Não é natural que odeie os que me combatem? Não quero, pois, transigir com meus inimigos. Se sou um desgraçado, eles vão acompanhar-me em minha desgraça. Todavia, está em seu poder compensar-me e, em troca, livrar os homens de um mal cuja intensidade e alastramento dependem tão-somente de você e que, muito mais do que apenas a você e sua família, pode estender-se a milhares de outros. (SHELLEY [1817], 2019, não paginado)

Na realidade Pós-Moderna, esse racismo resultaria na formação de uma relação biologicamente polarizada e, por consequência, em constante conflito, o que contraria uma necessidade fundamental dos seres humanos, o pertencimento, que está diretamente relacionada à identidade.

Considerações Finais

Segundo Woodward (2013, p.14),

O social e o simbólico referem-se a dois processos diferentes, mas cada um deles é necessário para a construção e a manutenção das identidades. A marcação simbólica é um meio pelo qual damos sentido a práticas e a relações sociais, definindo, por exemplo, quem é excluído e quem é incluído. É por meio da diferenciação social que essas classificações da diferença são “vivas” nas relações sociais”.

A identidade, então, nunca será única em face de suas contradições internas que tem de ser negociadas. As pessoas assumem suas posições de identidade e se identificam com elas por meio da junção do nível psíquico com a dimensão simbólica e social. Todos esses elementos contribuem para explicar como as identidades são formadas e mantidas. Daí o fato de o simbólico agir na garantia do controle social, ou seja,

a ordem social é mantida por meio de oposições binárias, tais como a divisão entre “locais” (insiders) e “forasteiros” (outsiders). A produção de categorias pelas quais os indivíduos que transgridem são relegados ao status de “forasteiros”, de acordo com o sistema social vigente, garante um certo controle social. (WOODWARD, 2013, p.46)

Como é possível perceber, então, *Frankenstein: or The Modern Prometheus* é uma obra de grande valor para a contemporaneidade e para o mundo empírico, pois, segundo Roas (2014),

o mundo da narrativa fantástica (seja no século XIX ou nestes tempos pós-modernos) sempre é o nosso mundo. Nossa ideia de realidade atua como contraponto, como contraste para fenômenos cuja presença impossível problematiza a ordem precária em que fingimos viver mais ou menos tranquilos. (ROAS, 2014, p.187)

A ficção construída por Mary Shelley, no século XIX, consegue, em pleno século XXI, despertar reflexões que vão além da leitura de entretenimento, ou seja, que se referem a importantes pontos de tensão da circulação do poder no corpo social, especialmente no que diz respeito ao “fazer viver” e o “deixar morrer”.

O medo que paira sobre a sociedade contemporânea é, na verdade, bem maior do que Mary Shelley conseguiu literariamente traduzir. No fundo, essa sociedade padece das mesmas desgraças e infortúnios das personagens – a solidão, a vaidade, o poder e o conhecimento – com todos os seus vieses e desdobramentos.

REFERÊNCIAS

BETIOLI, A. B. **Bioética**, a ética da vida. 2.ed. São Paulo : LTr, 2015.

CLOTET, J. **Bioética**: uma aproximação. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003. 246p.

CORACINI, M. J. R. F. Concepções de Leitura na (Pós-) Modernidade. In: LIMA, R. C. de C. P. (Org.). **Leitura**: múltiplos olhares. Campinas: Mercado de Letras; São João da Boa Vista: Unifeob, 2005. p.15-44.

CUNHA, T. R. da. Resenhas: Potter, VR. Bioética: ponte para o futuro. São Paulo: Edições Loyola, 2006. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.22, n.7, p.2393-2394, Jul. 2017.

DINIZ, F. R. A.; OLIVEIRA, A. A. de. FOUCAULT: Do Poder Disciplinar ao Biopoder. **Scientia**, Sobral, CE, v.2, n.3, p.143-158, nov. 2013/jun.2014.

HALL, S. **A identidade cultural na Pós-Modernidade**. 4.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

LACERDA, R. C.; ROCHA, L. F. da. Fazer Viver e Deixar Morrer: Os mecanismos de controle do Biopoder segundo Michel Foucault. **Revista Kínesis**, Marília, SP, v.10, n.22, p. 148-163, 2018.

LLOSA, M. V. **A civilização do espetáculo**: Uma radiografia do nosso tempo e da nossa cultura. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013. 207p.

MARTINS, L. A. M.; PEIXOTO JUNIOR, C. A. Genealogia do Biopoder. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v.21, n.2. p.157-165, 2009.

NUNES, B. A visão romântica. In: Guinsburg, J. (Org.). **O Romantismo**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978. p.51-73.

ROAS, D. Rumo a uma teoria sobre o medo e o fantástico. In: _____. **A ameaça do fantástico: aproximações teóricas**. Tradução de Julián Fuks. São Paulo: Editora Unesp, 2014. p.131-162.

_____. O fantástico como problema de linguagem. In: _____. **A ameaça do fantástico: aproximações teóricas**. Tradução de Julián Fuks. São Paulo: Editora Unesp, 2014. p.163-187.

ROSENFELD, A.; GUINSBURG, J. Romantismo e Classicismo. In: Guinsburg, J. (Org.). **O Romantismo**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978. p.261-274.

ROUSSEAU, J. J. **Discurso sobre as ciências e as artes**. 1750. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2242>. Acesso em: 19 set.2017.

SHELLEY, M. [1817]. **Frankenstein: or The Modern Prometheus**. Tradução de Pietro Nassetti. Disponível em: <http://lelivros.love/book/frankestein-mary-shelley/>. Acesso em: 1º jul. 2019.

SILVA, O. V. da. A Idade Moderna e a ruptura cultural com a tradição Medieval: Reflexões sobre o Renascimento e a Reforma Religiosa. **Revista Científica Eletrônica da Pedagogia**, Garça, SP, n.28, p.1-7, jan. 2017.

WOODWARD, K. Identidade e Diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. da (Org.). **Identidade e diferença – A perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2013, p.7-72.